



Representantes da Unioire, que fechou acordo com o TSE para acompanharem as eleições, veem sinais inquietantes para a realização do pleito. Um dos principais é a campanha de desqualificação das urnas

Observadores preocupados

» LUANA PATRIOLINO

A União Interamericana de Organismos Eleitorais (Unioire), terceira entidade a firmar um acordo com o Brasil para observar as eleições gerais de outubro, está preocupada com os ataques às urnas eletrônicas — feitos com frequência pelo presidente da República e seus seguidores. Segundo fontes ouvidas pelo **Correio**, os representantes da instituição não citaram Jair Bolsonaro (PL) nem avaliaram a possibilidade de um golpe de estado, mas demonstraram a necessidade de que haja cuidado com a lisura do processo de votação para que não dê margem à mínima contestação.

A preocupação da Unioire está voltada para a constante campanha de descrédito das urnas eletrônicas e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que jamais tinham sofrido ataques — e sem comprovação até agora. A entidade teme que haja uma escalada nas animosidades entre grupos políticos, que pode ensejar novos episódios de violência — tal como o que aconteceu em Foz do Iguaçu, quando o agente penitenciário federal Jorge Guarano assassinou o dirigente petista Marcelo Arruda apenas por divergirem ideologicamente.

A inquietação da Unioire é, também, por causa da profusão de mentiras e desinformações que se prevê que circularão nas redes sociais. A entidade reconhece que desde a adoção das urnas eletrônicas, o Brasil tem sido um exemplo na realização de eleições limpas, seguras e rápidas.

Cinco fatores

Nesta semana, os ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes, presidente e vice-presidente

Antonio Augusto/Secom/TSE



Moraes, Fachin e um representante da Unioire. Ideia do TSE é fazer com que os observadores internacionais ajudem a garantir a tranquilidade

do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assinaram um acordo para que a Unioire observe as eleições brasileiras. A missão da entidade é chefiada por Lorenzo Córdova Vianello, conselheiro-presidente do Instituto Nacional Eleitoral (INE) e observará prioritariamente cinco fatores: funcionamento e auditabilidade do sistema eletrônico de votação; campanhas de desinformação; participação política de grupos socialmente excluídos; violência eleitoral; e financiamento de campanhas eleitorais.

Fachin disse confiar que a presença da Unioire nas eleições “assegurará o terreno do diálogo, da contraposição de ideias legítimas, da diversidade e da liberdade”. O ministro também afirmou que o intuito da presença da entidade é de que prevaleça a ordem durante o pleito.

“Com todos esses organismos, o propósito do TSE é o mesmo: cooperar com a comunidade internacional e dialogar para fins de aprimoramento do sistema eleitoral brasileiro e, portanto, de nossa democracia”, disse.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Parlamento do Mercosul (Parlasul) também já firmaram acordo com o TSE. Fachin já havia anunciado que observadores internacionais iriam acompanhar as eleições de 2022. Outros organismos foram convidados a participar do acompanhamento do pleito, como a Rede Eleitoral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Centro Carter, a Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais (IFES) e a Rede Mundial de Justiça Eleitoral.

A presença desses organismos multilaterais internacionais desagradou Bolsonaro. Além de atacar o sistema eletrônico de votação e de afirmar que as eleições anteriores foram fraudadas, o presidente tem criticado a iniciativa do TSE de chamar os observadores. Ele chegou a dizer que Fachin cometeu um “estupro à democracia” ao se reunir com embaixadores de outros países com representação no Brasil para dar a eles informações sobre os preparativos para outubro.

STF debate retroação da LIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou, ontem, o julgamento das ações que questionam a reforma da Lei de Improbidade Administrativa (LIA). A decisão é aguardada por políticos que pretendem retornar à vida pública, a partir de outubro, caso a Corte reconheça a retroatividade da lei sancionada pelo Congresso.

Ontem, porém, nenhum ministro votou. Falaram apenas as partes do processo, entidades interessadas no caso e o procurador-geral da República, Augusto Aras — que se manifestou contra a retroatividade da lei.

O relator, Alexandre de Moraes, iniciou a leitura do voto, mas não concluiu. Ele disse que vê a lei de improbidade administrativa como “grande conquista no combate à corrupção” e afirmou que deverá retomar a votação hoje. “Em que pese não ser uma lei extremamente técnica, é uma lei que deixou inúmeras brechas, permitindo inúmeras interpretações sobre o caso”, afirmou.

Ao **Correio**, fontes projetaram um placar apertado entre os magistrados, com tendência para manter válida a reforma feita pelo Congresso. O texto sancionado pelos parlamentares estabeleceu que, para a condenação de agentes públicos, será exigida a comprovação de dolo — ou seja, da intenção de cometer alguma irregularidade.

Teses

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu a fixação de duas teses: a de que a norma não retroage para beneficiar agentes já condenados com base em regras anteriores; e a de que, apesar das considerações sobre a necessidade de dolo do agente investigado, a nova LIA segue permitindo a punição do erro grosseiro.

A apreciação atende a um pedido do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) que, em encontro com o ministro Luiz Fux, em junho, pediu que a Corte mantenha as alterações na

lei feitas pelo Congresso.

O tema é de interesse de figuras públicas, pois pode devolver a elegibilidade para políticos que já sofreram condenações pela Justiça, estão proibidos de disputar eleições, mas pretendem retornar aos cargos que ocuparam nos poderes Legislativo ou Executivo a partir de outubro. As ações questionam se as alterações inseridas pela Lei 14.230/2021 podem ser aplicadas retroativamente. O que for decidido pelos magistrados terá repercussão geral — valerá para todos os processos em tramitação relacionados ao tema no país.

O próprio Lira pode ser beneficiado com a manutenção da reforma. Ele responde a dois processos por improbidade administrativa por sua atuação como deputado federal e estadual. Nos dois casos, a mudança é positiva para o parlamentar por conta da “prescrição intercorrente” — quando vence o determinado prazo para que o Judiciário aprecie o caso. (LP)

Nelson Jr./SCO/STF



Sessão do Supremo sobre a LIA conheceu a defesa dos advogados

Nove da Defesa avaliam código

Nove representantes do Ministério da Defesa compareceram, ontem, ao Tribunal Superior Eleitoral para inspecionar dados que tinham sido liberados pela própria Corte há pelo menos 10 meses. Os militares estiveram, no início da manhã, com a equipe técnica do TSE para acessar o código-fonte das urnas eletrônicas, após um ofício “urgentíssimo” do ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, enviado ao presidente do TSE, Edson Fachin.

O tribunal disponibilizou a visita até 12 de agosto e os militares podem ficar por todo esse período ou finalizar os trabalhos antes. No entanto, os representantes saíram no tribunal, na tarde de ontem, afirmando que voltariam à Corte para continuar a inspeção.

Outras entidades que participaram do processo de fiscalização dos dados anteriormente precisaram de poucos dias para tirar conclusões. A Controladoria-Geral da União (CGU), por exemplo, levou cinco dias para realizar o mesmo exame em janeiro, enquanto a Polícia Federal (PF) vai averiguar os códigos pelo mesmo tempo, no fim de agosto. Já o Ministério Público Federal (MPF), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Senado precisaram de três dias, cada.

Nogueira pediu acesso ao sistema, apesar de que os dados estavam liberados para as entidades interessadas no processo de auditoria desde outubro do ano passado. “Solicito a vossa excelência a disponibilização dos códigos-fontes dos sistemas eleitorais, mais especificamente do Sistema de Apuração (SA), do Sistema de Votação (Vota), do Sistema de Logs de aplicações SA e Vota e do Sistema de Totalização (SisTot), que serão utilizados no processo eleitoral de 2022”, pede o ministro na solicitação ao TSE.

Os militares fazem parte do grupo convidado pela Justiça Eleitoral a participar do processo de fiscalização do processo, assim como o MPF, universidades, peritos, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), partidos políticos e outros.

Além dos representantes da Defesa, Lucas Pávão, credenciado pelo PTB — partido que faz parte da base de apoio a Bolsonaro —, também acompanhou os trabalhos no TSE e participa da inspeção desde segunda-feira.

Linguagem

O código-fonte é a linguagem de programação dos sistemas das urnas eletrônicas. São 17 milhões de linhas com símbolos que formam o programa e como ele funciona. A inspeção dos dados é prevista pela Justiça Eleitoral a todas as entidades fiscalizadoras.

A ida dos representantes da Defesa à Corte é mais um capítulo do embate entre o presidente Jair Bolsonaro (PL) e o Poder Judiciário. (LP)



Contra a raiva, só mesmo um gesto de amor. Vacine o seu cão ou gato.

Quem ama de verdade seu animal de estimação precisa protegê-lo. E um dos melhores cuidados é vacinar contra a raiva. Além do próprio pet, a vacinação ainda protege a família e os vizinhos. O GDF está disponibilizando a vacina em diversos pontos do Distrito Federal. Fique atento às datas e faça esse gesto de amor. É gratuito e faz bem para todos.

Para conhecer as datas e pontos de vacinação, acesse saude.df.gov.br

Secretaria de Saúde **GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**